

# a faculdade de ciências econômicas e administrativas da universidade de são paulo e a escrita da história econômica de alice piffer canabrava\*

## the faculty of management and economic sciences of the university of são paulo and alice piffer canabrava's writing of economic history

Otávio Erbereli Júnior\*\*

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

### RESUMO

Neste artigo buscamos compreender alguns aspectos metodológicos da escrita da história econômica de Alice Piffer Canabrava (1911-2003) em um momento-chave de sua trajetória: a conquista da cadeira de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP). Para tanto, examinamos sua tese de cátedra com o fito de explicitarmos suas escolhas quanto a temática, fontes, referências bibliográficas, procedimentos metodológicos e noções de temporalidade, à luz das concepções de alguns membros da banca examinadora: Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Higon.

**Palavras-chave:** Alice Piffer Canabrava. FCEA-USP. História econômica. História intelectual. Historiografia brasileira.

### ABSTRACT

In this article we try to understand some methodological aspects of Alice Piffer Canabrava's (1911-2003) economic history writing in a key-moment of her trajectory: the conquer of the Economic History subject of the Faculty of Economic and Administrative Sciences (FCEA) of University of São Paulo (USP). To this end, we examine her professorship thesis with the aim of expliciting her choices on the subjects', sources, references, methodological procedures and temporality notions in light of the views of some members of the examination board: Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda and Paul Higon.

**Keywords:** Alice Piffer Canabrava. FCEA-USP. Economic history. Intellectual history. Brazilian historiography.

---

\* Agradecimento aos pareceristas e ao editor pelos comentários e sugestões que ajudaram a tornar o texto mais claro e coeso. Este artigo baseia-se no segundo capítulo de minha dissertação "A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)", defendida em Julho de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da UNESP/Assis sob orientação da Profª. Dra. Karina Anhezini.

Submetido: 19 de agosto de 2015; aceito: 19 de janeiro de 2016

\*\* Doutorando em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES. E-mail: oerberelijr@usp.br.

## Introdução

A imagem do historiador, divulgada nas caricaturas de Capistrano de Abreu, falecido em 1924 – um estudioso arcado pelo peso dos anos, as lentes grossas a denunciar-lhe a miopia, os olhos sempre voltados para os velhos papéis, indiferente ao mundo que o cerca – é um esteriótipo [sic] inteiramente falso. (Canabrava, 2005, p. 273)

Alice Piffer Canabrava formou-se na Escola Normal Caetano de Campos na Praça da República em São Paulo em 1930, tendo recebido o diploma de “habilitação para o magistério público em São Paulo” (Canabrava, 1946, p. 1) e o Prêmio Barão do Rio Branco para o aluno com as maiores notas em história e geografia no decorrer dos cinco anos de curso. Foi professora do curso primário entre 1931 e 1935, em Araras (SP). Nesse último ano ingressou no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) por comissionamento<sup>1</sup>. Graduada em Geografia e História pela FFCL-USP em sua segunda turma, em 1937, ocasião em que recebeu distinção em História da Civilização. Em maio de 1938, foi convidada pelo regente da cadeira de História da Civilização Americana, Paul Vanorden Shaw, para exercer a função de assistente adjunto de 2ª categoria. No ano seguinte passou às funções de assistente adjunto de 1ª categoria e em 1942 logrou a posição de 1ª assistente em tempo parcial, após ter defendido a tese de doutoramento intitulada *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*, orientada por Jean Gagé e aprovada pela banca examinadora com distinção (Canabrava, 1944)<sup>2</sup>. Em 1946, ao submeter-se ao concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, obteve o título de livre-docente, uma vez que aos

---

<sup>1</sup> Em 1935, diante do pequeno número de matriculados no segundo ano dos cursos da FFCL, o governo estadual abriu edital para que os professores que tivessem cursado a Escola Normal pudessem ingressar na FFCL por meio de uma prova e sem comprometimento de seus vencimentos, contanto que mantivessem boas notas ao longo do curso.

<sup>2</sup> Os membros da banca examinadora foram: Plínio Ayrosa, catedrático de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani; Pierre Monbeig, catedrático de Geografia Humana; Alfredo Ellis Júnior, catedrático de História da Civilização Brasileira; Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval. Em 13 de novembro de 1942, ela foi aprovada com 9,56 (ficha avulsa no arquivo da FFLCH-USP).

candidatos preteridos, mas que obtivessem nota superior a 7, seria conferido tal titulação<sup>3</sup>. O título foi obtido com a tese *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas (1697-1755)*<sup>4</sup> (Canabrava, 1981). Foi uma das fundadoras da Associação dos Professores de História do Ensino Superior (APUH), atual Associação Nacional de História (ANPUH), na FFCL de Marília (SP), em 1961. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Desde 1975, sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sócia efetiva da Academia Paulista de História, onde ocupou a cadeira André João Antonil. Fundadora em 1981 da *Revista Brasileira de História*. Sócia honorária da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Em 1986 foi indicada como professora emérita da USP (Canabrava, 1991, p. 1).

Buscamos neste artigo compreender a prática escriturística de Alice Piffer Canabrava em um momento ímpar de sua supracitada trajetória intelectual, qual seja, seu ingresso na FCEA da USP. Destacamos sua brilhante e vitoriosa trajetória após a aprovação no concurso para a cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil –, da FCEA-USP em 1951 e analisamos vários aspectos dessa tese no que tange à sua apreciação por Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Hugon. A partir dessa análise, podemos inferir uma concepção de história econômica no Brasil. Para tanto, privilegiamos como fonte a tese de cátedra de Alice Canabrava intitulada *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* (Canabrava, 2011)<sup>5</sup>, o *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas* da USP, bem como a ata do concurso para provimento da cadeira X daquela faculdade. A partir de seu ingresso na FCEA, podemos notar, como depreendido da epígrafe acima, um caráter mais “prático” para o ofício de historiador, preo-

---

<sup>3</sup> Em nossa dissertação tratamos das principais referências, fontes, temáticas e escolhas metodológicas presentes nessa tese, relacionando-as ao período formativo de Alice Canabrava, compreendido pelos anos de graduação (1935-1937), bem como sua recepção em nível nacional e internacional e dos meandros do concurso (Erbereli Júnior, 2014, p. 75-94).

<sup>4</sup> Em 1981 a tese foi publicada como “O Açúcar nas Antilhas”.

<sup>5</sup> A primeira edição dessa tese foi publicada pela Indústria Gráfica Siqueira em 1951 e a segunda pela Editora T. A. Queiroz em 1984.

cupada também com os problemas do desenvolvimento e do tempo presente.

Além desta pequena introdução, o artigo se encontra dividido em mais duas seções: “Nova ambientação institucional”, na qual percorremos os intentos de fundação da FCEA, bem como o ingresso de Alice Canabrava nessa faculdade, e seus quatro primeiros anos de trabalho no Instituto de Administração (IA), e à cadeira de História Econômica; e “Uma história econômica em concurso”, em que analisamos a tese que tornou Canabrava a primeira mulher catedrática da USP, a partir das concepções de Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Hugon, no que tange ao uso de fontes, recorte temporal, temporalidades e concepção de história econômica. Por fim, em considerações finais, mostramos a importância da atual FEA-USP na trajetória de Alice Canabrava, bem como seu legado intelectual.

## 1. Nova ambientação institucional

A fundação da FCEA da USP deu-se em 1946, através do Decreto-Lei Estadual n. 15.601, de 26 de janeiro de 1946<sup>6</sup>. Em texto de abertura da edição comemorativa dos 35 anos da FCEA, em 2 volumes coordenados e organizados por Alice Canabrava, essa historiadora percorre as motivações socioeconômicas que levaram à criação das faculdades de ciências econômicas no Brasil, na década de 1940.

Fatores diversos explicam a nova perspectiva: a complexidade crescente da economia brasileira, os problemas advindos da depressão e do conflito mundial e, com especial relevância, os objetivos do novo governo, com sua preocupação nacionalista e populista, atento às realidades econômicas e sociais, e sua tendência crescente de inferir na atividade econômica do país. Tornava-se imperativo o trabalho das assessorias com funções específicas para elaborar estudos sobre setores da economia brasileira e problemas gerais referentes, como lastro à tomada de decisões no setor público. Neste,

---

<sup>6</sup> Ver Decreto-Lei n. 15.601, de 26/1/1946: dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (Canabrava, 1984, p. 380-384). A FCEA iniciou suas atividades com dois cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais.

em consequência, vão se refletir, em primeira fase, as mudanças que se operam a nível de governo e da sociedade de modo geral, antes de se projetarem, em fase posterior, nas funções de assessoramento da empresa privada. (Canabrava, 1984, p. 13)

Alice Canabrava refere-se às transformações pelas quais passava a economia e sociedade brasileiras após os anos 1930, em decorrência, marcadamente, dos incidentes ocasionados pela Primeira Grande Guerra e pela grande crise econômica mundial deflagrada em 1929, que conduziram a um incipiente processo de industrialização acompanhado por uma acentuada urbanização e imigração. Do ponto de vista interno, a ampliação do mercado e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder<sup>7</sup>. A ditretriz econômica deste último foi marcada pelo que se convencionou denominar nacional-desenvolvimentismo, com uma intervenção do Estado na economia, inclusive no setor produtivo, e no planejamento econômico<sup>8</sup>. Dessa feita, à medida que a realidade econômica se tornava mais complexa,urgia a necessidade de profissionais capacitados a analisar a conjuntura e elaborar políticas econômicas de acordo com a ideologia governamental.

Podemos perceber que os intentos que levaram à criação da FCEA foram bastante distintos daqueles que conduziram à criação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP. Não à toa, Alice Canabrava faz questão de lembrar, a partir de sua experiência, a diferença que mais a marcou. “O ambiente da Faculdade de Economia era bem diferente do da Faculdade de Filosofia. Na Faculdade de Filosofia havia muitos ‘intelectualoides’ que se diziam avançados, liberais, mas que, no fundo, eram extremamente preconceituosos para com a mulher” (Canabrava, 1997, p. 163). Conforme afirma Jobson Arruda, a FCEA está mais próxima das chamadas faculdades profissionais.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas para a qual Alice se transferiu era bem diferente de sua faculdade de origem. Criada em 1946, tinha perfil semelhante às antigas escolas e institutos cuja fusão

---

<sup>7</sup> Para as principais modificações estruturais da economia brasileira da crise de 1930 até o final da Segunda Guerra, ver Abreu (1990, p. 73-104).

<sup>8</sup> Para uma história da gestação do pensamento desenvolvimentista no Brasil, ver Bielschowsky (2000).

deram [sic] origem à Universidade: Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia. (Arruda, 2011, p. 34)

Alice Canabrava iniciou sua carreira na FCEA como pesquisadora. Quando ingressou no Instituto de Administração (IA) da FCEA em 1946 não foi para lecionar, mas sim para ser pesquisadora do setor de História daquele instituto.

A criação do Instituto de Administração, junto à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, foi inspirada pelo Prof. José Reis que, por três anos, dirigiu o DSP e que, com o deslocamento de órgãos e recursos dessa entidade para o âmbito da Universidade, esperava defender-se mais eficazmente contra o assédio de interesses em linha com o tradicional ethos patrimonialista. (Nogueira, 1984, p. 214)

O IA foi criado a partir do Departamento do Serviço Público (DSP) do estado de São Paulo. Sua criação se deu no bojo dos intentos de racionalização da administração pública no país, objetivando dirimir os comportamentos paternalista-patrimonialistas. Objetivava-se que o IA prestasse serviços de pesquisa ao DSP e a vários órgãos da administração pública em suas várias esferas, e também à administração privada. Para tanto, vários de seus setores foram transferidos para o IA: biblioteca e seus bibliotecários; serviço de documentação; setores de fisiologia do trabalho, psicologia aplicada, organização, pesquisas sociais, orçamento, direito, administração de pessoal, administração pública e história. Sendo assim, eram 19 cargos de técnico de administração, para um dos quais Alice Canabrava havia sido nomeada, 1 de técnico de documentação e 1 de auxiliar de documentação. A *Revista de Administração*, na qual Alice publicou vários artigos, também foi transferida do DSP para o IA (Canabrava, 1947; Canabrava, 1949; Canabrava; Cunha, 1949).

Alice Canabrava permaneceu no IA por apenas um ano, uma vez que, conforme consta no *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947*, aparece como professora da cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil –, tendo por assistente Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (*Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947*, 1948, p. 15), colega com a qual havia escrito seu primeiro artigo (Canabrava; Mendes, 1938).

Canabrava foi contratada após o desmembramento da cadeira de

Sociologia Econômica, História Econômica e Geografia Econômica em outras três cadeiras, aprovado pelo Conselho Universitário em 7/1/1947. A cadeira de Sociologia Econômica foi ocupada por José Ignácio Benevides de Rezende.

Como o Conselho Universitário havia deliberado que as novas cadeiras da Faculdade fossem providas após exame dos “curricula vitae”, em caso de contrato, foram abertos editais de inscrição para as cadeiras novas: Ciência da Administração, Geografia Econômica e História Econômica – e realizados os concursos, tendo sido aprovados e contratados, pelo prazo de 3 anos, a partir de 26 de agosto de 1947, respectivamente, os Prof. Mario Wagner Vieira da Cunha, Dirceu Lino de Mattos e Alice Piffer Canabrava. (“Histórico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (incluindo o Instituto de Administração)”, in: *Anuário...*, 1948, p. 133)

O ofício de nomeação de Canabrava para o IA da FCEA pelo interventor federal data de 27 de agosto de 1946. Um dia antes de completar um ano no cargo, Canabrava já se transferia para a FCEA, assumindo a cadeira de História Econômica. “Quando saí da Faculdade de Filosofia, primeiro fui para o Instituto de Administração, dirigido por José Reis. Lá eu fiquei durante um ano e logo após transferei-me para a Faculdade de Economia.” (Canabrava, 1997, p. 163) Dessa feita, Alice Canabrava iniciou suas atividades docentes na FCEA à frente da cadeira X de História Econômica, no ano de 1948. Dentre as realizações do setor de História do IA das quais Alice Canabrava provavelmente participou, encontramos duas: “histórico da aplicação do imposto territorial urbano na cidade de São Paulo” e “as despesas dos municípios com a educação” (“Histórico...”, in: *Anuário...*, 1948, p. 135).

No primeiro programa da cadeira para o ano de 1948, podemos perceber uma perspectiva de longo curso, em que Canabrava tratou da “História Econômica do Brasil, 1500-1914”, dividido em dois períodos: “O período 1500-1808”, em que tratou dos três ciclos econômicos do período colonial: pau-brasil, cana de açúcar e mineração. E também de questões monetárias e de comércio. No segundo período, “O período 1808-1914”, ela abordou o que denominou de “libertação econômica”, industrialização, bancos, finanças, moeda e também “a revolução dos transportes”, certamente se referindo à ferrovia. Também ministrou um curso sobre “História Econômica da Europa, 1760-1914”, tratando de

aspectos das economias da Alemanha, França e Inglaterra. Além desses dois cursos, Alice Canabrava também ministrou o que denominou de “cursos especiais”. Um que refletia bem sua área de formação, denominou-se “Aspectos da Evolução Econômica da América Espanhola nos Séculos XIX e XX”, em que tratou de vários aspectos econômicos do mundo hispano-americano, como a industrialização, o sistema financeiro, os transportes, as relações interamericanas etc. O segundo curso especial para o ano de 1948 seria sobre “O Mundo Contemporâneo no Período entre as Duas Guerras Mundiais (1914-39)”, em que tratou das causas e consequências da Primeira Guerra Mundial e dos problemas decorrentes da reestruturação das economias diretamente afetadas pelo conflito, além das novas formas de organização econômica, certamente tratando da URSS. Podemos perceber aqui que, para Alice Canabrava, a história não deveria somente tratar de um passado minimamente remoto, mas também do que hoje convençamos chamar de uma história do tempo presente<sup>9</sup>. Sua verve de historiadora com forte formação geográfica se manifestava também através de seu último curso especial oferecido, que tratou de “análise e comentário de textos históricos, mapas e gráficos referentes à história econômica do Brasil” (*Anuário...*, 1948, p. 160).

## 2. Uma história econômica em concurso

Alice Canabrava continuou à frente da cadeira de História Econômica durante os anos de 1949-1950, quando se extinguiu seu contrato. No ano de 1951, foi lançado edital para preenchimento dessa cátedra em caráter efetivo. Alice Piffer Canabrava foi a única candidata inscrita. Sendo assim,

às 14 horas do dia 7 de novembro de 1951, na sala vinte e um da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, presentes os componentes da Comissão Examinadora, professores J. J. Cardoso de Mello Neto, Theotônio M. Monteiro de Barros Filho, Paul Hugon, Afonso Escragnole Taunay e Sérgio Buarque de Hollanda, foram iniciados os trabalhos do concurso. (*Ata para provimento da cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil*. Processo n. 51.1.1.12250.1.8, Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo, 1951)

<sup>9</sup> Sobre esse campo historiográfico, ver Ferreira (2000), Motta (2012).



De acordo com o regulamento do concurso, foi eleito para presidir a banca examinadora o professor José Joaquim Cardoso de Mello Neto (1883–1965)<sup>10</sup>, que lecionava economia política na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Sua noção de ciência econômica se inseria na segunda vertente de concepções de economia política elaborada por Alice Canabrava.

A segunda e a terceira vertentes, desenvolvidas nas Faculdades de Direito e de Engenharia, ligam-se precipuamente à preocupação das elites com respeito ao Estado Nacional, cuja estrutura jurídica se elaborava com os sucessivos códigos, ao longo do Império e dos primeiros anos da República, ao mesmo tempo em que, ao expandir-se o povoamento e a exploração do território, ganhava maior importância o conhecimento do meio físico e suas potencialidades, a requerer qualificação técnica. (Canabrava, 1984, p. 23)

Alice Canabrava dividiu as noções de economia política em quatro vertentes antes da criação das faculdades de ciências econômicas: as ligadas às aulas de comércio, às faculdades de direito, às faculdades de engenharia e às faculdades de filosofia. Certamente na formulação dessas quatro vertentes, Alice Canabrava inspirou-se na análise de Paul Hugon, em seu texto de 1943, que, dentre outras questões, tratou também do ensino de economia política nas faculdades de direito, engenharia e filosofia, ciências e letras (Hugon, 1948, p. 41–42). A concepção de economia política de Mello Neto ainda estava presa à concepção de que a ciência econômica servia para fornecer à sociedade uma estrutura jurídico-política, e não para resolver e enfrentar os problemas econômicos de forma técnica.

Theotônio Maurício Monteiro de Barros Filho (1901–1974)<sup>11</sup>, na ocasião do concurso, exercia as funções de catedrático da cadeira de Ciên-

---

<sup>10</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tendo sido seu diretor entre 1941 e 1942. Foi também governador do estado de São Paulo em 1937. Disponível em <[http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index\\_faculdade\\_diretor\\_21.php](http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_21.php)>. Acesso em 26/12/2013.

<sup>11</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte, 1933–1934. Deputado federal à Assembleia Legislativa, 1934–1937. Livre-docente da cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito de São Paulo. Professor catedrático de Ciência das Finanças da mesma faculdade. Diretor do Departamento de Assistência Social do Estado de

cia das Finanças e de diretor da FCEA. Paul Hugon, por seu turno, ocupava a cadeira III de Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas da VI subseção de Ciências Sociais e Políticas da II seção de Ciências da FFCL e, desde a criação da FCEA, ocupava também a cadeira XIX de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas.

No dia 8/11/1951, às 14 horas, foi realizada a prova escrita. Os pontos da prova foram os seguintes:

- 1) Consequências da “Revolução Industrial” sobre a evolução da economia brasileira.
- 2) Consequências econômicas da extinção do tráfico e da Abolição.
- 3) A influência do café na economia brasileira.
- 4) Efeitos da transferência da corte portuguesa sobre a economia nacional.
- 5) A política colonial portuguesa e suas consequências sobre a economia brasileira.
- 6) A imigração e a economia brasileira do século XIX.
- 7) A influência das ferrovias sobre a economia brasileira.
- 8) Persistência da economia colonial e sua influência na evolução da economia nacional no século XIX.
- 9) Livre-cambismo e protecionismo na economia brasileira do século XIX.
- 10) Expansão industrial da Europa Ocidental do século XIX e suas consequências sobre a economia brasileira.

O ponto sorteado por Alice Canabrava foi o de número 5, conforme o programa da cadeira aprovado pelo Conselho Universitário. A prova escrita iniciou-se às 15:15 horas e foi entregue por ela às 19:15 horas (*Ata...*, 1951, p. 2). Obviamente Alice Canabrava não teria nenhuma dificuldade com qualquer um dos pontos da prova, uma vez que ela

---

São Paulo. Secretário de Estado para os Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Secretário interino da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Consultor técnico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Assessor da Presidência da Associação Comercial de São Paulo e da Diretoria da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Autor de “Justiça do trabalho” e “As taxas e seus principais problemas teóricos” (*Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947, 1948*, p. 24-25).

mesma havia formulado o programa da cadeira (*Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1949-1950*, 1950, p. 75).

Quanto à prova prática, foi deliberado, segundo a possibilidade disposta no regimento do concurso, que Alice Canabrava seria dispensada dela, devendo a candidata comparecer no dia 9/11/1951, às 14 horas, para a realização da defesa de tese. Iniciada a arguição da tese *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, houve um intervalo que durou das 17 horas às 17:35 horas. Às 18:45 horas a arguição se encerrou e os envelopes foram lacrados. Deliberou-se então que na segunda-feira, 12/11/1951, às 9 horas, seria sorteado o ponto para a prova didática (*Ata...*, 1951, p. 3).

Na data e no horário supracitados, Alice Canabrava compareceu à sala 21 da FCEA, onde sorteou o ponto de número 9, dentre os 20 pontos constantes no programa didático da cadeira. O ponto tratava de “A imigração (até 1900): 1- a política imigratória do Governo; 2- O problema da distribuição da terra; 3- Os núcleos coloniais oficiais; 4- A colonização particular” (*Ata...*, 1951, p. 4). Pelo fato de o sorteio do ponto ter sido efetuado às 10 horas, deliberou-se que a prova didática seria realizada no dia seguinte, às 10 horas. Dessa feita, às 10:25 horas do dia 13/11/1951, Alice Canabrava apresentou sua aula durante 55 minutos (*Ata...*, 1951, p. 5). Logo após intervalo para descanso e, segundo o secretário da FCEA e relator da ata, “presentes a candidata e grande assistência”, deu-se a apuração do resultado final. Alice Canabrava recebeu as seguintes notas<sup>12</sup>:

MEMBROS DA BANCA	TÍTULOS	PROVA ESCRITA	ARGUIÇÃO SOBRE A TESE	PROVA DIDÁTICA	MÉDIA
J. J. Cardoso de Mello Neto	9	9	8	8	8,50
Afonso E. Taunay	10	9	<b>9</b>	9	9,25
Paul Hugon	10	9	<b>8</b>	9	9,00
Sérgio B. de Holanda	10	8	<b>8</b>	9	8,75
Theotonio M. Monteiro de Barros Filho	9	7	8	9	8,25
Média final geral = 8,75					

<sup>12</sup> Tabela elaborada a partir das notas constantes em ata para provimento da cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil. Processo n. 51.1.12250.1.8, Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo, 1951, p. 6.

A média final geral de Alice Canabrava foi superior a 7 (8,75), sendo aprovada e indicada para o provimento efetivo da cadeira. Queremos chamar a atenção aqui para as notas atribuídas à sua tese, especificamente por três membros da banca examinadora, Afonso Taunay, Paul Hugon e Sérgio Buarque de Holanda, uma vez que os outros dois membros da banca não eram afeitos à área de história e sua concepção de ciência econômica, como expusemos acima, ainda estava vinculada às faculdades de direito.

No Prefácio dessa sua tese de cátedra, Alice Canabrava fornece esclarecimento quanto ao recorte temporal:

As datas que servem de limites cronológicos a este trabalho não representam marcos importantes na evolução econômica e social brasileira. Sua significação prende-se, estreitamente, ao desenvolvimento da cultura algodoeira em território paulista. Foram elas ditadas pelas circunstâncias do mercado internacional do algodão, as quais toda a história de seu desenvolvimento se encontra profundamente ligada. (Canabrava, 2011, p. 71-72)

Sendo assim, 1861 marcou o início das hostilidades da Guerra Civil nos EUA, pois Alice Canabrava compreendia que a cultura do algodão na Província de São Paulo teve como principal motivador os problemas de fornecimento de algodão dos EUA para a Europa. O ano de 1875 foi tomado por ela como baliza final de seu estudo, uma vez que esse foi o ano em que a produção algodoeira dos EUA atingiu níveis anteriores aos da Guerra Civil. Em suas reminiscências, Alice Canabrava rememora-se acerca do *modus operandi* da tese. “O trabalho sobre o algodão, minha tese de cátedra, foi elaborado para averiguar em que medida o algodão fora uma opção para o café, em função da guerra de Secessão nos EUA. Essa pesquisa exigiu muito trabalho de arquivo e de jornal” (Canabrava, 1997, p. 159).

Na Bibliografia da referida tese, de fato encontramos um rol bastante grande de fontes em diversas tipologias. Alice Canabrava classificou por “Fontes primárias manuscritas” a Coleção Documentos do Tempo do Império, constante do Departamento do Arquivo do Estado em seus vários maços de várias localidades e que se trata do maior número de fontes utilizadas pela historiadora. Dentre as “Fontes primárias impressas”, temos jornais e periódicos, como o segundo maior rol de fontes utilizadas.

Em seguida, ainda na rubrica “Fontes primárias impressas”, temos anais e leis provinciais, relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, relatórios dos presidentes da Província de São Paulo, relatório sobre os meios de comunicação, relatórios e catálogos de exposições nacionais e internacionais, documentário municipal, almanaques, viagens, memórias, depoimentos sobre a situação da lavoura e monografias sobre o algodão. Por fim, um rol de “Fontes secundárias” (Canabrava, 2011, p. 323–333). Observando essa tipologia de fontes, chegamos à seguinte constatação: qualquer tipo de escrito compreendido entre 1861 e 1875, ou seja, seu recorte temporal, foi classificado como fonte primária, exceto um artigo por ela utilizado e classificado como memória, publicado em 1903. Todas as fontes classificadas por ela como fontes secundárias foram publicadas em período posterior a 1875, com exceção do livro *História de Sorocaba*, do padre Luiz Castanho de Almeida, de 1851.

De fato, os jornais foram muito utilizados por Canabrava e das mais diversas maneiras. Vários jornais do período estavam presentes: *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *A Lei*, *O Agricultor Paulista*, *Gazeta de Campinas*, *O Estado de S. Paulo*, *Ypanema* – um jornal de Sorocaba – e o *Anglo-Brazilian Times*. Além das notícias presentes nesses jornais, Alice Canabrava extraiu deles outras fontes, como as circulares do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas às câmaras municipais, constantes nos jornais *Província de São Paulo* e *Diário de São Paulo*. Deste, que constitui, juntamente com a *Gazeta de Campinas*, a segunda maior série de jornais utilizados por Canabrava, estendendo-se de 1870 a 1876, também extraiu dados, como da notícia “A situação da cultura do algodão em nossa província”, de 4 de janeiro de 1873, e cartas, como as de Jean Jacques Aubertin, um dos mais importantes agentes incentivadores da cultura do algodão na província e também encarregado da construção da ferrovia Santos–Jundiaí. O uso de cartas como fonte na historiografia brasileira sempre foi corrente, não se constituindo em inovação por Alice Canabrava, pois, conforme afirmado por Angela de Castro Gomes, o que se constituiria como inovação seria seu tratamento como objeto historiográfico: “embora tal documentação [as cartas] sempre tenha sido usada como fonte, apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica” (Gomes, 2004, p. 10).

Em relação à utilização de jornais para compor sua tese, Canabrava, no Prefácio, logo esclarece os intentos de seu uso:

Mas é principalmente o jornal, com sua linguagem viva e colorida, que melhor nos dá a conhecer o clima psicológico da Província, nos anos do *rush* do algodão, os entusiasmos e as decepções dos plantadores e comerciantes do produto, as apreciações cheias de sabor do homem da rua, representado tantas vezes na figura anônima, mas profundamente sugestiva, do correspondente da cidade. A riqueza do documentário do jornal nos permitiu suprir, muitas vezes, certas lacunas das fontes de procedência municipal. (Canabrava, 2011, p. 72)

Exemplo de tentativa de apreensão deste dito “clima psicológico” encontramos no relato extraído do jornal *Correio Paulistano*, em relação ao papel do vigário de Porto Feliz no incentivo ao plantio do algodoeiro,

que da cadeira da verdade fez ver às suas ovelhas as vantagens dessa lavoura; provou e convenceu a todos aqueles que viviam na praça ociosamente, se não plantassem algodão estavam em pecado mortal. Todos ouviram as suas palavras, oficiais de ofícios que só tinham serviço para alguns dias, e negociantes que por aqui pouco faziam atiraram-se à lavoura e foram felizes. Aqueles que tinham terras abandonadas por se acharem cansadas, hoje tiram das mesmas lucros correspondentes às melhores terras. (Canabrava, 2011, p. 133-134)

Além de ter acesso ao dito “clima psicológico”, Alice Canabrava em sua *operação historiográfica* também utilizava os jornais de modo subsidiário à documentação dita oficial, ou seja, os ofícios das câmaras municipais eram cotejados com os jornais. Também foram utilizados por Canabrava outros documentos de Estado, como as leis provinciais, os relatórios de presidentes da província apresentados à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo e os relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatórios de exposições nacionais e internacionais do algodão também foram utilizados, como o relatório de Julio Constancio de Villeneuve sobre a exposição internacional de Paris, intitulado “Relatório sobre a Exposição Universal de 1867 redigido pelo secretário da comissão brasileira Julio Constancio de Villeneuve e apresentado à Sua Majestade o Imperador pelo presidente da mesma comissão Marcos Antonio de Araujo”.

Segundo Tania Regina de Luca, revistas, jornais e periódicos eram pouco utilizados na historiografia brasileira até a década de 1970, devido à desconfiança em relação a esse tipo de fonte, posto que “o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos” (Luca, 2008, p. 111-112), impedia que o jornal fosse utilizado como fonte, por se compreender que seu texto envolvia uma gama de interesses políticos, econômicos e sociais<sup>13</sup>. Geralmente a concepção de fonte a partir do jornal comportava uma visão de “uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador” (Luca, 2008, p. 116).

Outro importante tipo de fonte utilizada pela historiadora foram os relatos de viagem. Em vários momentos, Alice Canabrava mobiliza os relatos de viagem como fornecedores de informação. Assim foi no caso do relato de Jean Jacques Aubertin: “O norte da Província de S. Paulo (1866)” (Canabrava, 2011, p. 81, 83, 148, 178, 187, 197). Em outra parte, esse relato é tomado por Canabrava como depoimento. “Em Mogi das Cruzes, se bem que as autoridades municipais tivessem consignado a existência da cultura em 1864, se não havia desaparecido dois anos mais tarde, pelo menos estava estagnada num nível de cultura de subsistência, pelo que se pode deduzir do depoimento de Aubertin” (Canabrava, 2011, p. 149). No caso de “Onze dias de viagem na Província de S. Paulo com os Srs. Americanos Drs. Gaston, e Shaw, e o major Mereweather (1965)”, de Jean Jacques Aubertin, seu relato foi utilizado e corroborado pelo depoimento do correspondente da cidade de Sorocaba (Canabrava, 2011, p. 126). No caso do relato “A journey in Brazil”, de Elisabeth Cabot Cary Agassiz e Jean Louis Rodolphe Agassiz, este serviu para corroborar informações de fontes ditas “oficiais”, como relatórios apresentados à Assembleia Legislativa da Província (Canabrava, 2011, 159). Alice Canabrava mobilizou o relato de viagem de Saint Hilaire intitulado “Viagem à Província de S. Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província de Cisplatina e missões do Paraguai”, com o fito de buscar explicitar a localização

---

<sup>13</sup> Os jornais realmente foram pouco utilizados até a década de 1970. Contudo, não podemos nos esquecer do uso inovador que fez Gilberto Freyre desse tipo de fonte. Ambas as preocupações, com a mulher e o uso de jornais, também são marcas do trabalho de Freyre (Burke, 1997, p. 8).

das primeiras plantações de algodão da província (Canabrava, 2011, p. 114). Mais adiante, trata “A segunda viagem ao interior do Brasil”, de Saint Hilaire, por depoimento acerca da baixa eficiência dos descaroçadores utilizados na província. “Segundo o depoimento de Saint Hilaire, duas mulheres descaroçavam por dia uma arroba de algodão em caroço, ou seja, oito libras de algodão em rama, o que equivale à produção diária de quatro libras de algodão em pluma, por trabalhador” (Canabrava, 2011, p. 228).

Uma das fontes diletas de Taunay, por sua fidedignidade, são os viajantes do século XIX, incluindo Saint Hilaire, com o qual Canabrava tomou contato certamente na cadeira de História da Civilização Brasileira, regida por Taunay entre 1934 e 1938.

Mas a contribuição dos viajantes estrangeiros, apesar da sua desvantagem de origem, causada pelas diferenças fundamentais de mentalidade, representa elemento da maior valia e nada supre o seu conhecimento. Sobretudo quando é possível lançar mão de informantes proibidosos e inteligentes como muitos do século XIX, cuja palavra inspira a maior confiança como sejam Tollenare, Saint Hilaire e Koster, Debret e Kidder, Gardner e Burton, entre tantos outros. (Taunay, 1937, p. 130)

Taunay redigiu o Prefácio da tese de doutoramento de Alice Canabrava (1944) acerca do comércio português no rio da Prata, entre 1580-1640. Os prefácios podem nos servir como guia para uma análise historiográfica, uma vez que é nele “que o historiador conta o percurso de uma pesquisa. O livro, feito de duas metades desiguais, mas simbólicas, acrescenta, à história de um passado, o itinerário de um procedimento” (Certeau, 2011, p. 29-30). Para François Hartog, o leitor moderno está habituado a encontrar no prefácio um verdadeiro discurso do método. “O prefácio é também o lugar onde se acertam as contas: elas são calculadas ou pagas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. É nele que se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição (em sentido preciso ou amplo), a qual autoriza e dá crédito” (Hartog, 2011, p. 11). Além de autorização, o prefácio também pode ser compreendido em uma dupla dinâmica, “já que é uma forma explícita de reconhecimento mútuo entre prefaciado e prefaciador” (Gomes, 2013, p. 13). No caso desse Prefácio da tese de Alice Canabrava, a autorização veio de



Afonso Taunay, que concedeu à obra uma determinada legitimidade. Além de legitimar a tese, Taunay também legitimou a autora:

Distinta aluna do curso que professei na Faculdade de Filosofia, de 1934 a 1937, tive o ensejo de atribuir-lhe alta nota de aprovação que mereceu no último ano deste quadriênio. Vi-a continuar sempre empolgada pelos estudos de História, frequentando de modo mais assíduo a biblioteca do Museu Paulista e a do Instituto Histórico de São Paulo. (Taunay, 1944, p. ix)

Taunay, após perpassar rapidamente as três partes da tese, concluiu afirmando que, “como excelente e honesta elaboração, agora desabrochada em inteligente realidade, é-me sobremodo grato cumprimentar a Autora de um trabalho efetuado sob as instigações das diretrizes norteadoras dos que escrevem história digna deste nome” (Taunay, 1944, p. xi). Mas o que seria para Taunay uma “história digna deste nome”? Não podemos confundir o ensino de Taunay, no sentido didático, na cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP, com seu método de escrita da história. Realmente, seus métodos de ensino eram bastante tradicionais, quando comparados aos “mestres franceses”<sup>14</sup>, como recordou por duas vezes Alice Canabrava:

o aprender habitualmente se resumia em repetir o professor com base em apontamentos de aula, o ensino puramente verbal, sem nenhum outro recurso, o formalismo solene nas relações entre professor e aluno. Estas características encontrávamos nas aulas dos professores Taunay. (Canabrava, 2005b, 28)

Contudo, vincular Afonso Taunay diretamente à Escola Metódica Francesa seria desconsiderar várias nuances de sua *operação historiográfica*.

A principal referência de Afonso Taunay em sua aula inaugural no curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, em 1911, foi o livro de Langlois e Seignobos (1992), *Introdução aos estudos históricos*. Contudo, nessa aula intitulada “Os princípios gerais da moderna crítica histórica”, apesar do fato de ter tomado por

---

<sup>14</sup> Referimo-nos aqui à presença de jovens professores provenientes do meio acadêmico francês que fizeram parte da estruturação das seções e subseções da recém-criada FFCL-USP (Massi, 1991; Petitjean, 1996).

base o texto desses dois historiadores, Taunay não deixou de criticar alguns pontos desse método. Taunay

afirmou que não era mais tempo de Histórias nacionais porque a disciplina exigia tamanho rigor metodológico que era impossível a um homem dar conta de pesquisar todos os temas do período em sua generalidade. Nesse sentido, considerou que aquele era o tempo das monografias. (Anhezini, 2011, p. 40-41)

Aqui temos uma amostra da concepção de história de Taunay que se contrapõe à noção de Langlois e Seignobos no que tange à construção de histórias nacionais. Nesse sentido, o fato de Taunay ter considerado a tese de Alice Canabrava uma monografia é bastante significativo do apreço daquele historiador por esse trabalho: “A monografia de D. Alice P. Canabrava é digna de real apreço e lugar de destaque lhe fica assinalado nas resenhas bibliográficas sul-americanas portuguesas e espanholas” (Taunay, 1944, p. xi).

Outra crítica de Taunay à concepção historiográfica de Langlois e Seignobos diz respeito ao fato de Taunay não aceitar a crítica desses historiadores à história da civilização: “a História da Civilização, chamada por ele de História dos costumes, foi apresentada como a História que deveria ser escrita no Brasil naquele momento” (Anhezini, 2011, p. 52). Exemplo de que o historiador não deveria se restringir à história-batalha encontramos 23 anos depois, em seu texto para a cadeira de História da Civilização Brasileira:

Já não são a história militar e a administrativa as únicas que interessam aos autores e ao público. Incumbem-se os monografistas de apresentar entre aqueles assuntos os da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo, o da história dos costumes. (Taunay, 1937, p. 123)

Percebemos a afinação de Canabrava com a proposta de Taunay de se abordarem assuntos de história econômica nas monografias e também o fato de que a história não deve se restringir apenas ao registro das “campanhas militares”.

Quanto ao trato documental, na perspectiva de Taunay,

o passado encontra-se no documento, no entanto, não está pronto, não é a História daquele período que está ali apresentada. As fontes são compostas de elementos dispersos que, quando publicados ou conservados nos arquivos, possibilitam ao historiador empreender alguns esforços para torná-las inteligíveis. Se o historiador age como o criador de um mosaico, “compõe uma imagem por meio da incrustação de pequenas peças de cores variadas”, as mesmas fontes resultam em diversos trabalhos. (Anhezini, 2011, p. 63)

É uma concepção de história que compreende o conhecimento histórico como resultante da descoberta de novos documentos. Mas esses documentos não guardariam um único passado como concebido pela Escola Metódica Francesa, mas sim o historiador poderia compor várias histórias a partir dele. Desses vários elementos e do exame minucioso da obra de Afonso Taunay, Karina Anhezini, em sua tese de doutoramento, concebeu-o como um metódico de fato, afinado com os pressupostos da Escola Metódica Francesa, contudo não um metódico *stricto sensu*, mas sim um “metódico à brasileira”.

Dessa feita, a autoridade concedida por Taunay a Alice Canabrava, pelo menos até 1951, como vimos, deriva de uma série de procedimentos historiográficos adotados por ela e que foram corroborados por Taunay, como o fato de se tratar de um estudo monográfico, a vasta documentação utilizada e o fato de não se restringir aos fatores da dita história-batalha; ao contrário, tratar-se de um estudo de história econômica.

Sérgio Buarque de Holanda, provavelmente, também aprovou o uso de relatos de viagem por Alice Canabrava, uma vez que uma de suas fontes privilegiadas em sua tese para a cátedra de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP de 1956, *Visão do paraíso: os motivos edênicos da colonização*, foi exatamente os relatos de viagem:

Em *Visão do Paraíso*, a análise dos “motivos” paradisíacos contidos nesses relatos tinha como objetivo a compreensão de elementos do pensamento e da visão de mundo dos colonizadores, o que permitia, em um grau mais abrangente, jogar nova luz na cultura e na sociedade formadas no processo de exploração e colonização do Novo Mundo. (Nicodemo, 2008, p. 48)

Sérgio Buarque de Holanda possuía um grande apreço pelo trabalho intelectual de Canabrava, uma vez que em quatro ocasiões fez menção à sua obra. A primeira foi em 1950, em artigo intitulado “Sobre o Col-

loquium”, publicado no jornal *Diário Carioca*, em 12 de novembro de 1950; a segunda foi em “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, publicado em 15 de julho de 1951, no jornal *Correio da Manhã*; a terceira tratou-se de “História econômica”, publicado no mesmo jornal, em 24 de agosto de 1952; e a quarta ocasião em que Sérgio Buarque fez menção aos trabalhos de Canabrava foi em “Portugueses na América”, publicado em 9 de maio de 1959, no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em “Sobre o Colloquium”, Sérgio Buarque de Holanda relatou parte dos trabalhos apresentados no evento que marcou as comemorações dos 150 anos da Biblioteca do Congresso dos EUA (Library of Congress) em Washington, capital. A menção a Alice Canabrava se deu por ocasião de uma crítica feita por ela à proposta geral do colóquio: “a ilustre pesquisadora criticou com presteza a tentativa dos organizadores do Colloquium no sentido de se restringirem os debates, de preferência, aos temas que não foram assiduamente explorados até hoje” (Holanda, 2011a, p. 55). Sérgio Buarque concordou com a historiadora nesse aspecto, de que não apenas assuntos inéditos deveriam estudados, mas também questões que foram tratadas de modo linear e/ou superficial: “Os argumentos da historiadora brasileira pareceram em geral convincentes e contribuíram, de certo modo, para o convite que recebeu mais tarde, a fim de organizar um seminário na Universidade de Columbia, a realizar-se nesses dias” (Holanda, 2011a, p. 55).

Em seu já clássico “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, em extensa resenha panorâmica da historiografia brasileira dos últimos 50 anos, Sérgio Buarque de Holanda deu grande ênfase aos trabalhos de Capistrano de Abreu, como marco para uma nova abordagem das questões históricas, aproximando-o de Marc Bloch, passando pela contribuição de Afonso Taunay e outros historiadores sobre a ocupação das terras brasileiras. Destacou também *Casa-grande & senzala* e *Nordeste*, de Gilberto Freyre, na utilização da noção de cultura, distinguindo-o dos estudos de Oliveira Vianna com seu determinismo biológico em substituição a um determinismo geográfico que identificou em Capistrano. Também perpassou pelos estudos que denominou de “formação”, como os de Caio Prado Júnior, que não podem ser considerados, *stricto sensu*, historiográficos. Tratou também dos estudos de histórica econômica, como os de Roberto Simonsen, Afonso Taunay e

Pandiá Calógeras. “E em São Paulo a sra. A. P. Canabrava, apoiando-se em recursos da historiografia moderna, tem abordado várias questões relacionadas ao comércio colonial, especialmente ao comércio de contrabando com o Prata, e à lavoura açucareira no norte do Brasil e nas Antilhas.” (Holanda, 2008, p. 614) Aqui, Sérgio Buarque está se referindo, respectivamente, às teses de doutoramento e do concurso de História da Civilização Americana de Alice Canabrava. Por fim, identificou na vinda de professores franceses ao Brasil, como Jean Gagé e Fernand Braudel em São Paulo e Henri Hauser e Eugène Albertini no Rio de Janeiro, um novo momento nos estudos historiográficos que estariam começando a render frutos.

Em “Portugueses na América”, Sérgio Buarque de Holanda tratou da questão de que os portugueses habitantes de terras da Coroa de Castela, e notadamente no período da unificação das duas Coroas, eram todos tratados por judeus. A tese de doutoramento de Canabrava foi mencionada como mais um dos estudos que trataram da presença de portugueses em terras de Castela: “Alguns teriam ido do Brasil, e no estudo dedicado por A. P. Canabrava ao *Comércio português no Rio da Prata*, entre 1580 e 1640, apontam-se vários nomes de pessoas estabelecidas em Lima, Tucumã ou Cuzco, de que há menção nas denúncias da Bahia e Pernambuco” (Holanda, 2011b, p. 279). Se em todos esses três artigos Alice Canabrava foi mencionada apenas pontualmente, “História econômica”, publicado em 1952, no *Diário Carioca*, foi todo dedicado a ela. O trabalho mais comentado por Sérgio Buarque de Holanda nesse artigo sobre história econômica foi a tese de Canabrava para a cadeira de História da Civilização Americana:

Da leitura dessa obra, apoiada numa impressionante bibliografia de impressos, além de copioso material manuscrito obtido de instituições como a Library of Congress de Washington ou a biblioteca da American Jewish Association de Nova York, sem falar nos arquivos brasileiros, e que representam um trabalho em muitos pontos sem antecedentes e verdadeiramente sem modelo em nossa literatura histórica. (Holanda, 2004, p. 138)

Além de comentar as fontes utilizadas pela historiadora, Sérgio Buarque apontou para o ineditismo do trabalho. Nesse texto, Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu Alice Canabrava como sinônimo de uma moderna história econômica.

Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda estiveram presentes na banca examinadora dessa tese para a cadeira de História Econômica, mas também no texto. De Afonso Taunay, Alice Canabrava mobilizou *História do café no Brasil*, em seu volume relativo ao Império. Em um primeiro momento, recomendou sua leitura, a fim de se tomar conhecimento das pragas do café (Canabrava, 2011, p. 101). No segundo momento, recomendou a leitura do capítulo 22, para provar que no Vale do Paraíba o café ainda imperava (Canabrava, 2011, p. 151). Portanto, sempre que Canabrava realizava alguma comparação com o café ou dissertava acerca de seu estado, recorria a Afonso Taunay para provar suas assertivas.

No último capítulo da tese, “As primeiras fábricas de tecidos”, Alice Canabrava mobilizou um artigo de Sérgio Buarque de Holanda, datado de 1948 e intitulado “A mais antiga fábrica de tecidos de São Paulo”. Por conta do artigo de Sérgio Buarque de Holanda, Canabrava remontou-se até o ano de 1813, data da instalação da primeira fábrica de tecidos da então Capitania de São Paulo. Compreendemos que esse capítulo nos diz muito acerca dos intentos de Alice Canabrava quanto à escolha dessa temática específica sobre o algodão na Província de São Paulo. O tema candente, quando da escrita de sua tese, ou seja, entre 1946-1951, era exatamente o desenvolvimento econômico (Macedo, 2007). E sinônimo de desenvolvimento no período era industrialização. Dessa feita, apesar do fato de não fazer menção ao tempo presente em que escrevia, Alice Canabrava partiu de uma questão do presente, ou seja, das origens da industrialização em São Paulo, em que os estudos hegemônicos versavam sobre as sinergias entre cafeicultura e indústria, a fim de demonstrar que também o algodão promoveu alguma industrialização em São Paulo. Para tanto, expandiu seu recorte temporal: de 1861 recuou até 1816 e de 1875 avançou para 1876. François Hartog nos auxilia a refletir acerca dessa questão presente na tese de Alice Canabrava. No *regime moderno de historicidade*, no qual a orientação da temporalidade está no futuro, a escrita da história encontra-se preocupada com o presente: “Em suma, o futuro parece ter-se eclipsado, ao menos do espaço da ciência. Se ele permanece, sob a figura do progresso, um valor para o cidadão, o historiador (repúblicano) não faz dele a fonte de sua reflexão ou o princípio de inteligibilidade da história” (Hartog, 2013, p. 23).

Além da utilização de fontes ditas tradicionais, dos jornais, cartas, e dos relatos de viagem, uma fonte em particular nos chamou a atenção.

Em algumas notas de rodapé, Alice Canabrava justifica suas assertivas da seguinte maneira: “Tradição oral recolhida em Sorocaba pelo padre Luiz Castanho de Almeida e transmitida à autora” (Canabrava, 2011, p. 297). Alice Canabrava foi até Sorocaba tomar o relato desse padre que não possuía formação de historiador, mas sim era famoso memorialista. O relato de viagem em Alice Canabrava foi utilizado de várias formas, mas ela mesma não tinha o hábito de empreender viagens com fito historiográfico. Contudo, nesse caso específico, fez uso do que François Hartog denomina de autópsia, de uma forma indireta através da tradição oral: “Mas, para ser válida, essa autópsia, seja ela direta (a do historiador) ou indireta (a de uma testemunha), deve ainda passar pelo filtro da crítica documental” (Hartog, 2011, p. 14). Foi exatamente o procedimento adotado por ela: “Segundo a tradição oral, os escravos do proprietário, improvisados em mecânicos, haviam estragado todo o maquinário. [...] As informações procedentes do Conselho Municipal de Sorocaba confirmam plenamente a tradição” (Canabrava, 2011, p. 298). Contudo, essa não foi a primeira vez em que Alice Canabrava foi a campo tomar informações orais. Em seu primeiro artigo, o fato de estar *in loco* possui relação com sua formação em estudos geográficos, como no caso das informações fornecidas pelo geólogo Theodoro Knecht, que foram fundamentais para sua execução (Canabrava; Mendes, 1938, p. 328). Também em sua tese de livre-docência fez uso de consulta a profissionais, colhendo depoimentos e informações: “Informações dadas pelo Instituto de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” (Canabrava, 1981, p. 169).

Quanto a Paul Hugon, certamente estava apto a julgar a tese do ponto de vista da ciência econômica. Em texto apresentado no I Congresso Brasileiro de Economia, de 1943, no Rio de Janeiro, Paul Hugon fez um balanço do ensino de economia política no Brasil e forneceu algumas definições, objetos e métodos, os quais deveriam ser adotados em ciência econômica, bem como propôs a criação de faculdades de ciências econômicas e administrativas. Baseando-se, em parte, nas contribuições da escola neoclássica, surgida ao final do século XIX, Paul Hugon distinguiu ciência econômica de política econômica. Para ele, seria possível separar as duas, e a primeira deveria dedicar-se somente à teoria econômica, por isso, sua noção de ciência econômica se liga ao positivismo de Claude Bernard, por ele citado. Para Hugon, seria possível

uma ciência objetiva, próxima das ciências naturais. Fornece, assim, nesse texto, um exemplo de como o economista deveria agir:

Tomemos um exemplo: o salário é um fenômeno econômico e, como tal, seu estudo interessa à ciência econômica. O economista, no plano do estudo científico, observará as formas e as variações dos salários, de acordo com as épocas e os países; depois procurará extrair desses fatos relações de concordância contínua; finalmente procurará – apoiando-se sobre as observações concretas e sobre os dados gerais e teóricos da formação dos preços, dados fornecidos pela Economia pura – estabelecer leis explicativas da fixação e das variações da taxa dos salários. (Hugon, 1948, p. 43)

Contudo, apesar de sua busca por um cientificismo/objetivismo, compreende a ciência econômica no rol das ciências sociais:

A Economia Política não pode se esquecer que é uma ciência social: seu estudo não pode ser isolado do das disciplinas conexas que a completam e a influenciam. A sociologia geral, a história, a geografia humana e econômica, etc., são outros tantos conhecimentos dos quais não podem ser privados os estudantes de Economia. (Hugon, 1948, p. 42)

Notamos, ao longo de toda a tese, um fornecimento massivo de dados como, por exemplo, no seguinte excerto: “Existiam, em 1861, em funcionamento no país, cerca de 3.000 fábricas de tecidos, as quais possuíam II.250.000 [sic] fusos e davam trabalho a cerca de 600.000 operários” (Canabrava, 2011, p. 75). Dados estes extraídos de várias referências bibliográficas, principalmente de artigos publicados na *Economic History Review*. Quanto à utilização de dados e estatísticas, Canabrava, em vários momentos, queixa-se da descontinuidade de alguns dados, o que nos leva a concluir que ela tentou empreender uma história serial (Canabrava, 2011, p. 95). Em outro momento a historiadora não se queixa da descontinuidade dos dados, mas do que a impediria de empreender uma história quantitativa, ou seja, a ausência de estatísticas (Canabrava, 2011, p. 143).

Queremos destacar aqui a importância do capítulo 8 da tese, intitulado “A decadência da cultura do algodão”, pois nele Canabrava tentou empreender uma história dos preços do algodão no Porto de Santos, através do uso da história serial e da história quantitativa. Um dos ob-



jetos da economia política foi definido por Hugon como o estudo da formação de preços (Hugon, 1948, p. 40). Para tanto, utilizou-se dos Anexos I e II, em que constam os preços médios mensais do algodão em rama no Porto de Santos e as quantidades exportadas de algodão em quilogramas da Província de São Paulo, do Brasil e dos EUA, sem, contudo, especificar se as exportações da província são do Porto de Santos ou do Porto do Rio de Janeiro:

Muito ao contrário, ela [a decadência da cultura do algodão na Província de São Paulo] é caracterizada por dois momentos de queda rápida e brusca, nitidamente estabelecidos pela baixa dos preços, 1867-1868 e 1870-1871, que levaram ao seu término o ciclo de desenvolvimento provocado pela guerra civil americana. (Canabrava, 2011, p. 258)

Ainda no capítulo 8 da tese, Canabrava mobiliza a teoria econômica para empreender sua análise e também vincula à análise outro elemento: a Guerra do Paraguai: “Os agricultores da Província foram subitamente confortados pela depreciação da nossa moeda produzida pela Guerra do Paraguai” (Canabrava, 2011, p. 263). Canabrava não reduz as questões de preços apenas aos movimentos de oferta e demanda, mas também faz uso de conhecimentos de política cambial e de funcionamento do sistema monetário e financeiro internacional de modo implícito.

Outros elementos também foram utilizados por Canabrava para explicar o baixo preço do algodão da província. Ao explicitar as quedas no montante exportado, não se restringiu apenas a fatores de ordem econômica, relacionados à produção, distribuição e consumo, mas também questões de ordem técnica e de cultivo. Outra questão que também influenciava na qualidade do algodão e que fez sua cotação baixar foi a condição das sementes, de que tratou pormenorizadamente no capítulo 5, “A aquisição de sementes”, e as técnicas de cultivo no capítulo 6, “O cultivo do algodoeiro”.

A estudiosa abordou ainda a política fiscal, ou seja, os impostos provinciais e imperiais que incidiam sobre o algodão. Questões de política monetária, bancária e financeira também estavam presentes, pois houve constatação do difícil acesso ao crédito com baixos juros para os pequenos produtores de algodão, bem como um sistema bancário pouco desenvolvido e de baixa capilaridade.

Questões de transporte também foram tratadas por Canabrava: é o momento de construção das grandes ferrovias da província. Demonstrou como algumas ferrovias dependiam da produção do algodão e como o algodão se beneficiava de menores valores de frete para chegar ao Porto de Santos, explicitando a sinergia entre os setores. Podemos, assim, também ter uma visão geral do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, principalmente, de sua incipiência, uma vez que os maiores lucros eram retidos na circulação e não na produção, além de obter-se ainda uma visão geral das difíceis condições da agricultura no Império. Dessa forma, o caso do algodão seria, então, representativo.

Facilmente podemos depreender da tese uma concepção de história econômica, na qual devem estar presentes, sempre que as fontes estiverem disponíveis e permitirem tal tratamento, uma análise serial e quantitativa, bem como o uso da teoria econômica como subsidiária à análise. Do ponto de vista da ciência econômica, a tese se coaduna com os principais pontos do pensamento econômico de Paul Hugon apontados acima, principalmente no que diz respeito ao fato de que os estudos econômicos devem ser compreendidos no rol das ciências sociais, como a história e a geografia<sup>15</sup>.

## Considerações finais

Não há dúvidas de que a aprovação de Alice Piffer Canabrava nesse concurso que a tornou a primeira mulher catedrática da história da USP estava de acordo com as diretrizes historiográficas de Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, bem como com o que deveria ser encontrado de teoria econômica em uma tese de história econômica, na perspectiva de Paul Hugon. Não por acaso, Fernand Braudel, logo em 1952, comentou esse estudo de Alice Canabrava nos *Annales*: “Cet ouvrage, d’une historienne de classe internationale, fait grand honneur à son auteur” (Braudel, 1952, p. 259), colocando essa tese no mesmo patamar das duas anteriores (Canabrava, 1944, 1981). Em 27 de novembro de

---

<sup>15</sup> Sobre o aporte geográfico utilizado por Alice Piffer Canabrava nessa tese e em outros trabalhos, ver “Um conhecimento de formação: Alice Piffer Canabrava geógrafa” (Erbereli Júnior, 2014, p. 142–201).

1951, Sérgio Milliet escreveu resenha desse trabalho de Canabrava no jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual afirma que, “aliando farta documentação e um senso indiscutivelmente muito agudo de interpretação, escreveu uma alentada e preciosa monografia” (Milliet, 1951).

Na FCEA, Alice Piffer Canabrava alcançou os postos mais elevados do meio acadêmico, tendo sido sua diretora entre 1954-1957, chefe do Departamento de Ciências Culturais entre 1960-1969, presidente do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) no período 1966-1970 e do Conselho Curador da FIPE em duas ocasiões, 1974-1977 e 1980-1981. Tendo se aposentado em 1981, após 30 anos de atuação na FCEA – posteriormente denominada FEA –, foi eleita, em 1985, professora emérita da Universidade de São Paulo. Durante todo esse tempo, contou com 7 assistentes de cátedra, e um deles traria contribuição ímpar ao estudo de nossa história colonial: Fernando Antonio Novais<sup>16</sup>. Também orientou muitas dissertações e teses na área de História Econômica. Dentre eles, Flávio Azevedo Marques de Saes<sup>17</sup>, Iraci del Nero da Costa<sup>18</sup>, Francisco Vidal Luna<sup>19</sup> e Nelson Hideiki Nozoe deram prosseguimento a seus trabalhos e estabeleceram uma tradição de

<sup>16</sup> Foram assistentes de Alice Canabrava: Maria Celestino Teixeira Mendes Torres (1947-1948), Miriam Lifchitz Moreira Leite (1949-1952), Fernando Henrique Cardoso (1951-1953), José Albertino Rosário Rodrigues (1952-1957), Fernando Antonio Novais (1955-1961), Hans Bruno Eduardo Schellenberg (1961-1970), Antonio Emilio Muniz Barreto (1967-1984) (Arruda, 2011, p. 38).

<sup>17</sup> A dissertação de mestrado de Flávio Azevedo Marques de Saes intitulada *As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940)* foi orientada por Alice Canabrava e obteve nota 10, em 27/9/1974, perante a banca examinadora composta por José Francisco de Camargo e Eduardo d'Oliveira França. Também foi publicada em livro (Saes, 1981).

<sup>18</sup> Alice orientou a dissertação e a tese de Costa. Sua dissertação intitulada *Vila Rica: população (1719-1826)* foi defendida no dia 29/7/1977 e obteve nota 9,6 da banca examinadora formada por Antonio Muniz Barreto e Maria Luiza Marcílio. Foi publicada em livro (Costa, 1979). Sua tese de doutoramento intitulada *Sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX* também foi orientada por Alice Canabrava e recebeu nota 10 com distinção e louvor, em 27/2/1981, pela banca examinadora composta por Eni de Mesquita Samara, Heloisa Liberalli Belotto, Antonio Emilio Muniz Barreto e Antonio Carlos Coelho Campino. Também foi publicada em livro (Costa, 1981).

<sup>19</sup> Alice Canabrava orientou a tese de Luna defendida em 1980 e intitulada *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. No ano seguinte foi publicada em livro (Luna, 1981).

estudos em história econômica e história demográfica que perdura até hoje<sup>20</sup>. Além destes que seguiram a carreira acadêmica, Alice Canabrava também foi orientadora de Zélia Maria Cardoso de Mello, primeira-ministra da Fazenda da história do Brasil, na Presidência de Fernando Collor, durante os anos de 1991 e 1992.

Sua gratidão para com a FEA sempre foi lembrada: “Sou muito grata à Faculdade de Economia e Administração (a nova designação com a reforma de 1970), na qual jamais encontrei a menor restrição, tanto eu como outras colegas, seja em trabalhos de docência como de pesquisa, e em funções administrativas” (Canabrava, 2005b, p. 33). Não por acaso em seu testamento de 10/12/1973, “no caso de sua irmã e única herdeira, Clementina Canabrava, falecer antes dela testadora, ou simultaneamente consigo, todos os bens serão assim distribuídos: I- Os bens imóveis, os títulos de financiamento e os depósitos bancários caberão à FIPE”<sup>21</sup>. Nesse caso especial, todos os seus bens seriam transferidos à FIPE, onde deveriam ser utilizados para financiar pesquisas em nível de pós-graduação em história econômica do Brasil na forma de concessão de bolsas de estudos e auxílio para publicação, na condição de que fossem pesquisas originais e que se remontassem no mínimo 40 anos no tempo.

Dessa feita, Alice Canabrava, sob essas condições, deixaria todos os seus bens para financiar pesquisas na área em que foi pioneira e no *lugar* onde passou toda sua vida profissional e que lhe conferiu notoriedade, tendo sido de fato, como reportou em carta a Francisco Iglésias, “seu único bilhete de loteria”<sup>22</sup> o fato de ter ido, por ocasião da derrocada no concurso de 1946, para a recém-criada FCEA.

---

<sup>20</sup> O grupo de pesquisas em história econômica da FEA denomina-se *Hermes & Clio*. Disponível em <[http://www.fea.usp.br/feaecon/nucleos\\_ap.php?i=9](http://www.fea.usp.br/feaecon/nucleos_ap.php?i=9)>. Acesso em 28/1/2014. O Núcleo de Estudos em História Demográfica (NEHD) realiza pesquisas em história demográfica e demografia histórica também sob a liderança de um ex-orientando de Alice Canabrava, o professor Iraci del Nero da Costa. Disponível em <[http://www.fea.usp.br/feaecon/nucleos\\_ap.php?i=8](http://www.fea.usp.br/feaecon/nucleos_ap.php?i=8)>. Acesso em 28/1/2014.

<sup>21</sup> Testamento de Alice Piffer Canabrava em posse do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), p. 2. No ano de 2015, o restante do espólio de Alice Canabrava foi gentilmente doado ao IEB-USP por sua sobrinha-neta Lúcia Carvalho e está sendo por mim descrito e será disponibilizado aos pesquisadores. Trata-se de rico material contendo inúmeras cartas, fotos, postais etc.

<sup>22</sup> Carta constante do acervo do IEB: APC CP – P1-28-(4), p. 1.

## Fontes

- ANUÁRIO da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1948.
- ANUÁRIO da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1949-1950. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1950.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O comércio português no rio da Prata (1580-1640). *Boletim XXXV da Cadeira de História da Civilização Americana*. São Paulo, FFCL-USP, n. 2, 1944.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Memorial. Processo n. 46.1.126.8.7, Arquivo da FFLCH-USP: inscrição no concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, 1946.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Tendência da bibliografia sobre a história administrativa do município. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 1, p. 80-87, 1947.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Evolução das posturas municipais de Sant'Ana de Parnaíba, 1829-1867. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 9, p. 34-62, 1949.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. 2. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- CANABRAVA, Alice Piffer. As condições sociais, econômicas e políticas da fundação. In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1946-1981*. V. 1: A instituição. São Paulo: FEA-USP, 1984, p. 7-33.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *Curriculum vitae*. São Paulo, 22 de fevereiro de 1991.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Minhas reminiscências. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.
- CANABRAVA, Alice Piffer. História e economia. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005a, p. 271-283.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O caminho percorrido. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005b, p. 23-34.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 3. ed. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011.
- CANABRAVA, Alice Piffer; CUNHA, Mario Wagner da. Administração municipal de Sant'Ana de Parnaíba nos anos de 1829-1867. *Revista de Administração*. São Paulo, Instituto de Administração, n. 11-12, p. 3-83, 1949.
- CANABRAVA, Alice Piffer; MENDES, Maria Teixeira. Região de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 45, p. 275-328, 1938.
- PROCESSO n. 51.1.12250.1.8, Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo: concurso para a cadeira de História Econômica Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1951.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 73-104.
- ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: UNESP, 2011.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: história e mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011, p. 9-70.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. Le développement de la culture du coton dans la Province de São Paulo, 1861-1875. *Annales*. Paris, v. 7, n. 2, p. 258-259, 1952.
- BURKE, Peter. Gilberto Freire e a nova história. *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979.
- COSTA, Iraci del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. Assis: FCL-UNESP, 2014 (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade).
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*. Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-24.
- GOMES, Angela de Castro. Prefácio. In: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 13-18.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HARTOG, François. O regime moderno de historicidade posto à prova pelas duas Guerras Mundiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 15-28.
- HARTOG, François (org.). Introdução. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 9-20.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História econômica. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 135-140.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/EDUERJ, 2008, p. 601-615.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre o Colloquium. In: COSTA, Marcos (org.). *Escritos coligidos, 1950-1979*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora UNESP, 2011a.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Portugueses na América. In: COSTA, Marcos (org.). *Escritos coligidos, 1950-1979*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora UNESP, 2011b.
- HUGON, Paul. Orientação e organização dos estudos econômicos. In: *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1948, p. 37-46.
- LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- MACEDO, Bernardo Gouthier. *Desenvolvimento econômico: a atualidade da economia política cevalina*. Campinas: UNICAMP, 2007 (Tese de Doutorado em Teoria Econômica da UNICAMP).
- MANTEGA, Guido. O modelo de substituição de importações. In: MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 77-133.
- MASSI, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1991 (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP).
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura de São Paulo, 1985.
- MILLIET, Sérgio. Últimos livros. Uma tese. *O Estado de S. Paulo*, 27/11/1951.
- NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- NOGUEIRA, Oracy. O Instituto de Administração – IA (1ª fase). In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1946-1981*. V. 1: A instituição. São Paulo: FEA-USP, 1984, p. 213-226.
- NOZOE, Nelson Hideiki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização*. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933). São Paulo: IPE-USP, 1984.
- PETITJEAN, Patrick. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, Amélia Império et al. (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996, p. 259-330.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

- TAUNAY, Afonso E. A propósito do Curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937, p. 122-131.
- TAUNAY, Afonso E. Prefácio. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. *Boletim XXXV da Cadeira de História da Civilização Americana*. São Paulo, FFCL-USP, n. 2, p. ix-xi, 1944.